

Introdução

Saudamos efusivamente a iniciativa, que só peca por tardia. Como sempre, estamos disponíveis para dar o nosso contributo e há muito que vimos a tentar “agitar as águas” para que se iniciasse uma reflexão como agora se propõe para esta reunião, que decerto terá de ser uma de muitas. Iremos partir do princípio de que a modalidade deverá ser entendida como inclusiva, dando possibilidade a todos que a queiram praticar independentemente da forma como encaram essa prática. Com isto, não defendemos que todos os grupos/níveis sejam encarados da mesma forma ou com os quais se afete o mesmo esforço técnico/financeiro.

Há uma questão que nos tem vindo a preocupar ao longo dos anos que é o afastamento precoce dos arqueiros do quadro competitivo e mormente da prática desportiva no seio dos clubes. Acreditamos que não serão só razões de carácter pessoal mas essencialmente a falta de prazer que tiram das competições. A termos razão quanto a este fator, parece-nos que o excessivo tempo que o atual modelo competitivo obriga a estar em Sala ou Campo e os imensos tempos mortos, poderão certamente levar a esse desencanto e conseqüente abandono.

Uma outra questão que nos tem preocupado é a injusta relação de partilha financeira entre a FPTA e os clubes organizadores de provas, que tudo suportam, ficando com migalhas comparativamente ao que a FPTA arrecada.

Passemos de imediato aos temas a abordar:

1. Modelo Competitivo

Propomos a criação de 2 níveis de competição.

Nível A – geral para quem entra na competição ou quem prefere encarar a modalidade numa forma mais “leve” ou até como forma de lazer e onde entrariam as categorias Infantis, enquanto não existir um número que justifique a criação de um campeonato à parte. O modelo de provas neste campeonato poderá ser diversificado, havendo a preocupação de existirem provas de duplo 70 para os que pretenderem ingressar no nível B. (o ingresso no nível B poderá ser através de mínimos ou de ranking com um número de participantes definido e apurado época a época para SALA e CAMPO). Uma preocupação deverá este modelo ter sempre presente, a duração da competição. Neste nível não existem títulos nacionais ou recordes à exceção das categorias Infantis (Flechas, Robins e Juvenis) ou quando as provas forem do tipo WA (duplo 70).

Nível B – um modelo que poderá ser idêntico ao que se pratica hoje, ou com nuances da qualificação ser através de 30 ou 36 flechas conforme a competição seja de Sala ou Campo. Encurtando o tempo de competição, que julgamos ter vantagens mesmo para quem tem propósitos de encarar a modalidade ao nível da Alta Competição, atendendo que as diferenças de posicionamento dos 8 ou 16 primeiros entre a metade e a qualificação completa são mínimas. A admissão a este nível seja por mínimos (modelo

aberto sem limites) ou por ranking (pontuação das provas de qualificação – duplo 70 ou similar) do ano anterior, só é permitida a partir da categoria de CADETES. O modelo existente de Final Round poderia manter-se e julgamos que o número de 4 participantes por categoria é adequado. Títulos nacionais e recordes só neste nível poderão ser obtidos.

Nota 1: a obtenção de estrelas FITA/WA tanto poderiam ser obtidas no nível A como no nível B, desde que sejam em provas idênticas no que respeita às distâncias, tipo de alvo e número de flechas.

Nota 2: a manter-se a **Licença Simples** obriga que se crie um conjunto de provas para esses praticantes, podendo-se incluir as provas Field se houver intenção de colocar em prática esta modalidade. Também se poderia incluir neste grupo os ROBINS 1 (1º ano) que a transitarem de Flechas ou entrarem pela primeira vez na categoria atirariam a distâncias menores (Sala 14m e Campo 15m) e também os CADETES 1 (1º ano) na divisão Recurvo, que a transitarem de Juvenis ou entrarem pela primeira vez na categoria atirariam em Campo a 45m.

Nota 3: o que se designa por níveis poderá ter qualquer designação que se entenda mais apropriada.

2. Modelo de Desenvolvimento Regional

NOTA: Enquanto a modalidade não tiver uma cobertura mais ampla do território nacional e um número de praticantes bastante mais significativo, não nos parece vantajoso a criação de Regiões e consequentes Campeonatos Regionais.

Não queremos dizer com isto que não seja fundamental trabalhar no sentido de um desenvolvimento regional sustentado. O que é que entendemos por sustentado:

- I. Com os recursos existentes (clubes com o seu enquadramento técnico), a FPTA criar zonas no país, em que os clubes não fiquem demasiado distantes, e nomear um clube como clube-tutor;
- II. Cada clube-tutor receberia indicações de ordem metodológica e técnica da FPTA para atuar junto dos seus pares, mantendo-se uma relação de proximidade física e afetiva com dois grandes objetivos: melhorar o funcionamento dos clubes e criar novos polos/clubes na zona/região;

- III. Criação de um quadro técnico intermédio (treinadores regionais) que incluído no organigrama do Departamento Técnico da FPTA, dariam apoio ao clube-tutor e aos polos/clube que entretanto se criassem, criando consistência na manutenção dos novos clubes através do apoio na resolução dos problemas, que todos nós sabemos existirem no início de qualquer núcleo, maioritariamente formados por 2 ou 3 apaixonados e que se não forem acarinhados e apoiados tecnicamente, acabam por desistir e assim desaparecer um polo que tanto custa a criar;
- IV. Criar uma rede de relações institucionais com autarquias (câmaras e juntas de freguesia) com o objetivo da divulgação e desenvolvimento da modalidade. Este trabalho poderá ser feito pela Direção como pelo Departamento Técnico (treinador nacional e ou treinadores regionais);
- V. Alterar alguns pontos do Regulamento de Apoio à Criação de Novos Clubes, nomeadamente quanto ao número de inscrições na FPTA.

3. Modelo de funcionamento das Seleção de Jovens, Seleção Nacional e respetivo enquadramento técnico

Princípio fundamental: os treinadores dos arqueiros chamados às seleções, deverão estar sempre incluídos e se possível acompanharem o desenvolvimento dos trabalhos de estágios ou outros, sendo imperioso que todos trabalhem com base num método e técnica idênticos.

- I. O organigrama do Departamento Técnico da FPTA deverá ter um Treinador Nacional que poderá assumir o papel de Diretor Técnico, para reduzir despesas, se possível 1 Treinador para a Seleção de Jovens, uma rede de Treinadores Regionais e Treinadores dos Clubes-Tutores;
- II. Os planos de treino para estes arqueiros deverão ser discutidos e implementados entre o Diretor Técnico e os Treinadores dos clubes envolvidos;
- III. Os aspetos de pormenor que o grupo de trabalho da SEA detalhou concordamos na generalidade.

4. Estatutos e Regulamentos da FPTA

Sendo matéria da exclusiva responsabilidade da Direção e da Assembleia Geral e por ser demasiado técnica, iremos só pronunciar sobre alguns aspetos que consideramos pertinentes:

- I. Rever e promulgar o Regulamento de Arbitragem (foram pedidas propostas aos árbitros para tal revisão há 2 ou 3 anos atrás);
- II. Atualizar o Manual de Organização de Provas;
- III. Criar um Regulamento de Vestuário em substituição das Normas de Vestuário, existente que seja atual e de proximidade com o que a WA recomenda ou obriga, claro e conciso, um pouco à imagem de como está elaborado as “Normas”, para que permita acabar com a confusão e perplexidade existente entre os vários atores desportivos envolvidos;
- IV. Colocar na página da FPTA o Regulamento de Acreditação, datado de 2007;

5. Modelo de Formação de Agentes Desportivos

Algumas considerações:

- I. Curso de Treinadores – Necessidade imperiosa de encontrar forma de fomentar cursos de nível 2 e níveis superiores;
- II. Curso de Árbitros – Necessidade de criar um Plano de Acompanhamento aos Árbitros Estagiários por parte dos árbitros efetivos no decorrer das provas;
- III. Criar Curso de Operador de Máquina de controle do tempo, destinado principalmente aos clubes organizadores de provas (gratuito);

6. Outros assuntos

1. Revemo-nos nas propostas apresentadas pela SEA no seu ponto 7;
2. Criação por parte da FPTA de um cartaz de publicitação das provas, criado por um designer e com espaço para que os clubes organizadores colocassem o local e a data do evento;
3. Dignificação das Cerimónias de Entrega de Prémios – No nosso entender os agentes desportivos envolvidos nas competições, têm descurado um pouco este momento, que é tão ou mais importante que todos os outros, até porque é o momento em que mais personalidades exteriores à modalidade estão mais atentas e portanto a imagem da organização e da modalidade está mais exposta. Seria importante haver em todas as competições um pódio com dignidade (sabemos que os clubes nem sempre o conseguem), então caberá à FPTA resolver esta situação e não passa pela solução existente nas Final Round onde as crianças colocadas atrás não se veem; muito se melhorou

na qualidade e diversidade dos prémios mas há que manter e melhorar se possível; reconhecemos que a vontade de identidade dos arqueiros com o clube que representam e para tal levarem a bandeira para o pódio cria algumas situações que não contribuem para a tal dignificação do ato pelo qual pugnamos, assim propomos que na distribuição de prémios individuais não se usem as bandeiras, ficando esse uso exclusivo para a entrega de prémios coletivos ou de equipas.

4. Tornar gratuita a inscrição nas provas às categorias Infantis (Flechas, Robins e Juvenis), medida impulsionadora para o aparecimento de mais crianças e adolescentes na modalidade.

Documento aprovado em reunião de Direção e Departamento Técnico da Secção de Tiro Com Arco de 28 de agosto de 2019.